

Desenvolvimento profissional docente nos institutos federais: mapeamento e análise de programas desenvolvidos na região sudeste

Autores: Luiz Carlos de Jesus Maciel (bolsista IC, graduando em Licenciatura em Geografia)
Karoline de Lourdes Abreu Souza (bolsista IC, graduanda em Licenciatura em Geografia)
Geralda Aparecida de Carvalho Pena (Orientadora, Doutora em Educação)

Palavras-chave: Institutos Federais, Desenvolvimento Profissional Docente, Formação continuada.

Campus: Ouro Preto

Área do Conhecimento (CNPq): Ciências Humanas/Educação

Financiamento: IFMG Ouro Preto

RESUMO

No Brasil existem 38 Institutos Federais (IFs), instituições que se estruturaram a partir a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei 11.892/08), cada um com vários *campi*, em todo o território nacional. Somente na região sudeste do Brasil são 9 IFs, ofertando diferentes tipos de cursos. Considerado a criação dos IFs em 2008, esta pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar programas voltados para o desenvolvimento profissional docente nos Institutos Federais localizados na região sudeste do Brasil. Sua realização visa também ampliar a pesquisa anterior relacionada aos Institutos Federais Mineiros. As etapas desenvolvidas até o momento, aqui apresentadas, tratam da caracterização desses Institutos Federais e do início do mapeamento citado. O referencial teórico tem como base a análise de documentos legais, como a Lei 11.892/2008 e autores que tratam do desenvolvimento profissional docente. A metodologia utilizada é de natureza qualitativa com apoio de dados quantitativos. Os dados foram coletados por meio dos endereços eletrônicos dos Institutos Federais. Os resultados parciais da pesquisa mostram que os 9 Institutos Federais da Região Sudeste possuem um total de 140 *campi*, ofertando desde cursos de formação inicial e continuada até a pós-graduação, sendo que o número de cursos técnicos (742) é maior que das outras modalidades de ensino. Em relação aos cursos superiores, predominam os cursos de bacharelado (164) sobre os cursos superiores de tecnologia (119) e os cursos de licenciatura (115). No que se refere à pós-graduação, a maior parte dos cursos é de *Lato Sensu* (93). No que tange aos programas de desenvolvimento profissional docente, foi encontrado somente um programa dessa natureza. Conclui-se, a partir desses dados parciais, que os IFs vêm ofertando cursos nos diversos níveis de ensino, sendo maior a oferta de cursos técnicos de nível médio, em todos os IFs pesquisados. Em relação ao mapeamento dos programas de desenvolvimento profissional docente, os dados iniciais mostram um pequeno avanço em relação aos resultados de uma pesquisa anterior, que apontou a inexistência de programas de desenvolvimento profissional docente nos IFs até 2016.

INTRODUÇÃO:

Atualmente no Brasil existem 38 Institutos Federais (IFs), instituições que se estruturaram a partir a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Lei 11.892/08), cada um com vários *campi*, em todo o território nacional. Somente na região sudeste do Brasil são 9 IFs, ofertando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores (FIC), Cursos Técnicos de Nível Médio e Cursos superiores de graduação e Pós-graduação. A caracterização desses IFs é relevante para a proposição de ações e políticas de desenvolvimento profissional docente e outras que visem a melhoria da qualidade de ensino nessas instituições.

Nesse contexto amplo de ensino, diferentes particularidades, se apresentam como, por exemplo, o exercício da docência que se manifesta de forma mais ampla e prevê a atuação do docente nas disciplinas dos cursos técnicos e do ensino superior. No âmbito dos IFs, um número significativo de professores não possui formação para o magistério, apesar de possuírem ampla formação em sua área específica de conhecimentos em nível de pós-graduação. Tendo em vista esta realidade, coloca-se para as instituições a necessidade de desenvolver projetos de formação continuada de docentes que abordem as particularidades da docência nos diferentes níveis de ensino, tendo por base os desafios enfrentados pelos professores no período do início na docência e durante a trajetória profissional. Nesse sentido, programas e/ou projetos de desenvolvimento profissional docente tem sido apontados como alternativas para que as instituições possam minimizar esses desafios.

Os estudos sobre o desenvolvimento profissional docente (DPD) apontam que esse está direcionado para auxiliar o professor a continuar sua formação, para além da formação inicial. Conforme Fiorentini e Crecci (2013), o conceito de DPD surgiu na literatura educacional para expressar uma diferenciação com o processo tradicional e descontinuo da formação docente. Marcelo (2009) afirma que o desenvolvimento profissional docente é um campo de conhecimento muito amplo e diverso. Ainda de acordo com esse autor “qualquer discussão sobre o desenvolvimento profissional deve levar em conta o que significa ser um profissional e em que medida os profissionais podem exercer suas tarefas com dignidade e autonomia” (p. 12). Já Vaillant e Marcelo Garcia (2012) asseguram que

Diferentemente das práticas tradicionais de formação, que não relacionam as situações de formação com as práticas de sala de aula, as experiências mais eficazes para o desenvolvimento profissional são aquelas que estão baseadas na escola e que se inscrevem dentro das atividades cotidianas dos professores (p. 196).

Nesse sentido, a prática pedagógica desenvolvida na escola e as propostas de formação devem estar integradas, visando propor uma reflexão sobre a prática docente e as propostas de formação, de acordo com o contexto institucional vivenciado pelos docentes. Assim, conforme apontado na Resolução CNE/CEB n. 2/2015 as ações de formação continuada devem estar direcionadas para: “a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente” (p.13).

O conceito de desenvolvimento profissional dos professores “pressupõe uma valorização dos aspectos contextuais, organizativos e orientados para a mudança” (Garcia, 1992). Dessa forma, o processo de desenvolvimento profissional engloba as ações de formação continuada docente, mas a

amplia, pois para o autor “a noção de desenvolvimento tem uma conotação de evolução e de continuidade” (p.55). O desenvolvimento profissional, nessa perspectiva, é um processo complexo que envolve aspectos distintos, como afirma Oliveira (2016):

O desenvolvimento profissional docente não se refere apenas ao desenvolvimento pedagógico, ao conhecimento e compreensão de si mesmo, ao desenvolvimento cognitivo ou teórico. O desenvolvimento profissional reside em uma junção de tudo isso ao mesmo tempo delimitado ou incrementado por uma situação profissional que permite ou que impede o desenvolvimento de uma carreira docente (OLIVEIRA, 2016, p. 280).

Partindo desse princípio e pensando nas reestruturações ocorridas nas instituições da Rede Federal com a criação dos atuais Institutos Federais, a presente pesquisa tem como objetivo geral identificar e analisar programas voltados para o desenvolvimento profissional docente nos Institutos Federais localizados na região sudeste do Brasil.

METODOLOGIA:

A metodologia utilizada é de natureza qualitativa com apoio de dados quantitativos (ANDRÉ, 2005; POUPART, et al., 2010). Nesse trabalho são apresentados resultados iniciais da pesquisa, cujos dados foram coletados por meio dos endereços eletrônicos dos Institutos Federais da região Sudeste do Brasil. O levantamento de dados foi realizado em duas etapas. A primeira etapa correspondeu à caracterização dos IFs. Realizou-se uma busca nos respectivos sites dos IFs através da aba “nossos cursos”. Nessa aba foram pesquisados o número de cursos técnicos integrados, técnicos subsequentes, técnicos concomitantes, graduação e pós graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*. Na sequência, foram coletados dados nos respectivos *campi* de cada Instituto. Para tal, foi feita a busca na aba “nossas unidades”, sendo acessados os *campi* de cada um dos Institutos, finalizando assim a caracterização dos institutos quanto à oferta de cursos.

A segunda etapa, ainda em andamento, consiste em mapear os programas de desenvolvimento profissional docente. A coleta dos dados teve como descritor o termo “desenvolvimento profissional docente” sendo pesquisado na aba de “busca” de cada *campi* dos respectivos Institutos. No caso dos IFs mineiros, que foram objetos de pesquisa anterior, no período de 2009 a 2016, foi feita apenas a atualização desses dados para o ano de 2017. Nos demais estados estão sendo coletados e analisados os dados referentes ao período de 2009 a 2017. A partir deste mapeamento, foi realizada a caracterização do programa identificado, em relação aos seguintes aspectos: concepção do programa, forma de organização, as temáticas abordadas, o público-alvo etc.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como a pesquisa ainda está em andamento, apresentamos os resultados parciais obtidos até o momento. No que tange a caracterização dos Institutos Federais da Região Sudeste quanto a oferta de cursos, constatou-se que estes apresentam um total de 140 *campi*, 111 cursos FIC, 742 cursos técnicos de nível médio, 398 cursos de graduação e 129 cursos de pós-graduação. Conforme estabelecido na Lei 11.892/2008, os Institutos Federais têm como objetivo, conforme definido nos artigos 7º e 8º, garantir a

oferta de 50% das vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, e no mínimo 20% para os cursos de licenciatura, bem como programas de formação pedagógica. Entretanto, pela natureza da pesquisa não foi possível fazer um levantamento da relação entre o número de alunos e a oferta dos cursos conforme os artigos acima citados, pois a coleta de dados foi realizada tendo como referência o número de cursos, não tendo sido objetivo da pesquisa o levantamento do número de alunos atendidos em cada modalidade de oferta dos cursos, o que possibilitaria identificar o número de vagas ofertadas. O que foi possível verificar, tendo como referência a legislação, foi que o número de cursos técnicos (742) é maior que das outras modalidades de ensino. Em relação aos cursos superiores, foi constatado que os cursos de bacharelado (164) estão em maior quantidade, seguido pelos cursos superiores de tecnologia (119) e em seguida os cursos de licenciatura (115). Vale a pena ressaltar que em relação a pós-graduação a maior parte dos cursos é de *Lato Sensu* (93). No caso da pós-graduação *Stricto Sensu* observou-se que o número de cursos ofertados é pouco mais que um terço dos totais dos cursos de *Lato Sensu*. Ainda em relação aos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu*, constatou-se que os IFs ainda estão iniciando este nível de modalidade de ensino, prevalecendo os cursos de mestrado (34) em relação ao doutorado (2).

Em relação aos programas de desenvolvimento profissional docente foi encontrado somente um resultado. Trata-se do Programa Diálogos, desenvolvido pelo IFMG *Campus* Ouro Preto. De acordo com informações do site da instituição, esse programa constitui-se em:

Uma proposta dialógica e colaborativa de desenvolvimento profissional que visa proporcionar aos professores um espaço favorável à construção de conhecimentos pedagógicos e troca de experiências, buscando valorizar o protagonismo e a trajetória de cada docente, viabilizando a discussão coletiva sobre a prática pedagógica na instituição.

Além disso, busca promover palestras voltadas ao debate sobre temas específicos da área de educação, com profissionais/pesquisadores de diferentes instituições, oficinas pedagógicas, cursos temáticos e diálogos virtuais. Em relação aos eixos temáticos propostos, o mesmo se estrutura da seguinte forma: planejamento, currículo, metodologias de ensino, avaliação, relação professor-aluno, inclusão e diversidade e por fim especificidades da docência nos Institutos Federais.

Ainda de acordo com essa fonte, o programa busca contribuir para a reflexão sobre a própria prática docente e sobre a docência nos Institutos Federais. Espera-se que ele possa contribuir para a formação continuada e para o aprimoramento didático-pedagógico, colaborando no enfrentamento dos desafios que se apresentam no desenvolvimento da prática pedagógica na Instituição.

Como foi identificado apenas esse programa nos IFs da região sudeste, a próxima etapa da pesquisa será fazer nova busca nos sites dos IFs com termos similares ao desenvolvimento profissional docente, como "Desenvolvimento profissional de professores," "Capacitação docente," "Formação continuada de professores," "Formação continuada de docentes", que possam identificar se os IFs estão desenvolvendo alguma outra ação de formação continuada voltada para os docentes.

CONCLUSÕES:

Os dados coletados até o momento permitem concluir que, que a partir a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, houve ampliação de diversos cursos nos IFs,

ofertando desde a formação inicial e continuada até a pós-graduação, atendendo a um dos pressupostos dessas instituições é a verticalização do ensino. E que a oferta maior é de cursos técnicos de nível médio, em todos os IFs pesquisados.

Em relação ao mapeamento dos programas de desenvolvimento profissional docente, pelo fato de ter sido encontrado apenas um programa dessa natureza no IFMG, os dados iniciais dessa pesquisa mostram um pequeno avanço em relação aos resultados da pesquisa anterior (PENA et al, 2017) que apontou a inexistência de programas de desenvolvimento profissional docente nos IFs e apenas ações isoladas de formação continuada.

A busca por outras ações de formação docente nos IFs, próxima etapa da pesquisa, poderá mostrar se estas instituições vem promovendo outras ações de formação continuada de seus profissionais, e dessa forma, buscando a melhoria do ensino em todos os níveis ofertados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e da outras providências. Brasília, 2008b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em 25/07/2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 2/2015**, de 1º de julho de 2015 (*) (**) Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, n. 124, p. 8-12, 02 de julho de 2015.

FIORENTINI, D; CRECCI, V. Desenvolvimento Profissional docente: Um Termo Guarda Chuva ou um novo sentido à formação? **Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação de Professores**. Belo Horizonte, v. 05, n. 08, p. 11-23, jan/jun. 2013. Disponível em: < <http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br> > acesso em 25/07/2018.

GARCÍA, C. M. **Formação de professores:** para uma mudança educativa. Tradução: Isabel Narciso. Lisboa, Porto Editora, 1999.

MARCELO, C. Desenvolvimento Profissional Docente: passado e futuro. **Sísifo. Revista de ciências da educação**, nº 8, p. 7-22, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.fep.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/FEP/SAME/docs/Carlosmarcelo_Desenv_Profissional.pdf> acesso em 16/07/2018.

MARCELO GARCIA, C; VAILLANT, D. **Desarrollo profesional docente:** como se aprende a enseñar? 3ª ed. Madrid: Narcea, 2013

OLIVEIRA, O. S. de. Formação continuada de professores: implicações políticas dos programas executados no âmbito de um sistema municipal de ensino. In: PRYJMA, M. F. e OLIVEIRA, O. S. de (org.). **O desenvolvimento profissional docente em discussão**. Curitiba: Ed. UTFPR, 2016.

PENA, G. A. C. et al. Desenvolvimento profissional docente nos Institutos Federais: estudo exploratório. **Relatório de pesquisa**. IFMG Ouro Preto, MG. 2017.

PROGRAMA DIÁLOGOS. Disponível em: <<https://www.ifmg.edu.br/ouropreto/institucional/acoes-e-programas/programa-dialogos>>. Acesso em 25/07/2018.

VAILLANT, D.; MARCELO, C. **Ensinando a ensinar: as quatro etapas de uma aprendizagem**. 1ª ed. Curitiba: Editora UTFPR, 2012.